

PARECER Nº 52/2015

PROJETO DE LEI Nº 30/2015

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

RELATOR VEREADOR MATOS ALÉM

RELATÓRIO

De autoria dos vereadores Aldir Ramos, Vi Santana, Alberto Muniz, José Rodrigues – Lú e Edmilson do Crispim Santana, o projeto de lei em exame revoga a Lei Municipal nº 1.408, de 11 de dezembro de 2012, que condiciona a expansão do perímetro urbano ao atendimento das condições estabelecidas no Plano Diretor do Município.

Publicada, a proposição foi distribuída às Comissões de Legislação, Justiça e de Redação e de Administração Pública.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão para receber parecer quanto à sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, conforme dispõe o art. 168, combinado com o art. 88, II, “b”, do Regimento Interno.

Registre-se que, tendo sido designado relator da matéria, requeri à Promotoria de Justiça desta Comarca cópia do Termo de Ajustamento de Conduta –TAC, no qual o Município de Arinos se compromete a elaborar o seu plano diretor. O conhecimento do teor de tal instrumento é imprescindível para a presente discussão.

Em apartada síntese, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

No plano da competência legislativa, a proposição não contém vício, pois trata de questão que interessa exclusivamente ao Município, em conformidade com a autonomia que a forma federativa lhe garante, não se encontrando entre aquelas matérias que se inserem no domínio de competência da União ou do Estado.

Também não vislumbramos óbice quanto à iniciativa, porquanto o impulso de matérias de tal natureza é de caráter concorrente, cabendo a qualquer dos legitimados a atuar no processo legislativo municipal.

No plano jurídico constitucional, observa-se que a matéria em exame pretende revogar a Lei Municipal nº 1.408, de 11 de dezembro de 2012, que condiciona a expansão do perímetro urbano ao atendimento das condições estabelecidas no Plano Diretor do Município.

A referida lei é composta por três artigos, que assim dispõem:

Art. 1º – Perímetro urbano é a delimitação de uma porção de terras dentro do Município com função de ocupação urbana, definida por lei municipal de acordo com as diretrizes e condições estabelecidas no plano diretor.

Art. 2º – A alteração da área urbana, ou a criação de zonas de expansão urbana ou de urbanização específica mediante lei ficam condicionadas ao atendimento dos requisitos estabelecidos no plano diretor, para áreas nele descritas.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Conforme se infere da leitura dos dispositivos supracitados, o objetivo da Lei nº 1.408, de 2012, é evitar o crescimento desordenado da

área urbana do Município de Arinos. Para tanto, condiciona a alteração da área urbana, ou a criação de zonas de expansão urbana ou de urbanização específica ao atendimento dos requisitos estabelecidos no plano diretor, para áreas nele descritas.

Registre-se que o plano direto é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo que a propriedade urbana só cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade nele expressas(art. 182, §§1º e 2º da CF).

Cumprе ressaltar que, apesar de não contar com mais de 20 mil habitantes, o Município de Arinos, ainda assim, está obrigado a elaborar e aprovar o seu plano diretor, pois integra área de especial interesse turístico, conforme preconiza o art. 41, inciso IV, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto das Cidades.

Para obrigá-lo a elaborar e aprovar o seu plano diretor, o Ministério Público, nos autos do Inquérito Civil Público de nº MPMG – 0778.11.000027-1, firmou com o Município, no ano de 2011, um Termo de Ajustamento de Conduta –TAC, em que este se comprometia, dentre outras obrigações, a encaminhar à Câmara Municipal, no prazo de um ano, projeto de lei para o plano diretor municipal, sob pena de incidir multa diária pelo descumprimento.

Não obstante isso, é de conhecimento de todos que até o presente momento o Município não elaborou o seu plano diretor. Conforme salientado no referido TAC, *“a ausência de Plano Diretor traz inequívoco*

prejuízo ambiental e urbanístico, em detrimento do interesse difuso relativo ao conforto urbano dos cidadãos (...).”

Apesar da demora na elaboração do plano diretor municipal, no qual sejam previstas as normas para expansão urbana, entendo que, com a revogação da Lei nº 1.408, de 2012, estar-se-ia autorizando um o crescimento urbanístico desordenado do Município de Arinos, sem qualquer planejamento ou controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, em flagrante afronta ao disposto no art. 8º, inciso XV, da Lei Orgânica; no art. 30, inciso VIII, da Constituição Federal; bem como na nº 10.257, de 2001.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, concluímos pela inconstitucionalidade, antijuridicidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 30, de 2015.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2015.

Vereador MATOS ALÉM
Relator